

A desigualdade entre territórios continua a ser uma das grandes questões económicas do século XXI. Enquanto algumas regiões atraem investimento, retêm jovens qualificados, inovam de forma contínua e geram elevados níveis de rendimento, outras enfrentam perda populacional, envelhecimento demográfico e sensação persistente de estagnação. À primeira vista, pode parecer que certos lugares nasceram para crescer e outros para ficar para trás. Esta interpretação sugere que geografia, dimensão urbana ou localização em relação aos grandes mercados determinam de forma quase inevitável os resultados económicos. Contudo, a investigação contemporânea contesta esta visão determinista. Muitos territórios dispõem de recursos humanos, culturais e naturais relevantes; a diferença reside frequentemente na capacidade de converter potencial em valor económico e social.

O conceito de potencial territorial inclui múltiplas dimensões. Entre elas encontram-se talento humano, localização estratégica, identidade cultural, recursos naturais, património histórico, universidades, redes empresariais e capital social. Nenhum território é totalmente vazio de possibilidades. Mesmo regiões aparentemente frágeis possuem ativos distintivos que podem ser mobilizados. Sen (1999) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como expansão de capacidades reais e não apenas acumulação de rendimento. Aplicado aos territórios, isto significa que crescer depende da capacidade de ativar recursos existentes e criar oportunidades concretas para a população.

Por que razão alguns territórios conseguem fazê-lo e outros não? Uma primeira resposta encontra-se na qualidade institucional. North (1990) demonstrou que instituições eficazes reduzem incerteza, estruturam incentivos e promovem investimento. Regiões onde existem estabilidade regulatória, visão estratégica e capacidade administrativa tendem a transformar projetos em realidade com maior rapidez. Licenças são emitidas em tempo útil, investimentos seguem calendários previsíveis e políticas públicas mantêm continuidade mínima. Em contraste, quando decisões são erráticas, procedimentos são excessivamente lentos ou políticas mudam constantemente, o potencial permanece bloqueado.

Uma segunda variável decisiva é o capital humano. Becker (1993) demonstrou que educação e qualificação aumentam produtividade, rendimento e capacidade de adaptação tecnológica. Territórios que investem consistentemente em educação, formação profissional e aprendizagem contínua criam bases para inovação duradoura. Não basta ter população; importa ter população capacitada e atualizada. Em Portugal, os avanços educacionais das últimas décadas melhoraram significativamente qualificações médias, mas persistem

disparidades regionais e desafios de retenção de jovens altamente qualificados. Quando uma região forma talento que depois emigra, financia involuntariamente o crescimento de outros territórios.

A terceira dimensão é a conectividade. No passado, localização física era quase tudo. Hoje, importa igualmente ligação digital, logística e relacional. Regiões remotas podem tornar-se competitivas se forem altamente conectadas por tecnologia, transportes eficientes e redes internacionais. A periferia geográfica deixou de significar necessariamente periferia económica. Territórios insulares ou afastados dos grandes centros podem criar nichos competitivos desde que integrem cadeias globais de valor e conhecimento. Empresas exportadoras, trabalho remoto qualificado e serviços digitais mostram que a distância física pode ser mitigada por conectividade inteligente.

Existe igualmente o fator cultural. Territórios que valorizam iniciativa, cooperação e confiança tendem a responder melhor a desafios económicos. Onde predomina cinismo institucional, medo do risco ou rivalidade entre atores locais, projetos comuns tornam-se mais difíceis. Putnam (1993) demonstrou que capital social e confiança entre instituições reduzem custos de transação e facilitam coordenação coletiva. Crescimento económico depende também de relações humanas funcionais. Em muitos contextos, a diferença entre duas regiões semelhantes reside menos nos recursos materiais e mais na qualidade das interações entre os seus agentes.

Outro elemento decisivo é a liderança. Muitos territórios não carecem de ideias, mas de liderança capaz de alinhar interesses dispersos. Liderar um território significa articular empresas, escolas, universidades, autarquias e sociedade civil em torno de prioridades partilhadas. A OCDE (2020) sublinha que políticas territoriais bem-sucedidas combinam visão estratégica nacional com adaptação local. Sem liderança colaborativa, recursos dispersam-se em iniciativas fragmentadas e de baixo impacto. Com liderança consistente, mesmo recursos limitados podem ser canalizados para objetivos transformadores.

Importa ainda analisar a relação entre inovação e tradição. Algumas regiões estagnam porque tentam preservar o passado sem o atualizar; outras crescem porque transformam heranças históricas em novos mercados. Património cultural pode gerar turismo qualificado; agricultura tradicional pode ganhar valor através de marca, certificação e sustentabilidade; negócios familiares podem escalar com digitalização e internacionalização. O

desenvolvimento não exige rejeitar identidade, mas reinterpretá-la economicamente. Regiões que conseguem fazer esta ponte entre memória e futuro tendem a criar vantagens autênticas e difíceis de copiar.

Em Portugal, a discussão territorial beneficia de abandonar dicotomias simplistas entre litoral vencedor e interior derrotado. Existem exemplos de dinamismo em cidades médias, clusters industriais especializados, polos universitários regionais e territórios turísticos de excelência. O que distingue estes casos costuma ser a combinação entre liderança persistente, especialização inteligente e redes cooperativas. Não existe fórmula única, mas existem padrões replicáveis. Quando instituições locais cooperam, empresas inovam e educação responde às necessidades produtivas, o crescimento torna-se possível mesmo fora dos grandes centros metropolitanos.

O futuro exigirá ainda maior capacidade adaptativa. Alterações climáticas, inteligência artificial e mudanças demográficas afetarão territórios de forma desigual. Regiões que aprendem rapidamente, requalificam trabalhadores e colaboram entre setores tenderão a prosperar. As que reagem tarde tenderão a perder relevância económica e social. Crescer deixou de ser estado permanente e tornou-se processo contínuo de reinvenção. Nenhuma vantagem atual garante sucesso futuro se não existir capacidade de atualização constante.

Também importa reconhecer que políticas territoriais baseadas apenas em subsídios ou obras públicas isoladas raramente resolvem problemas estruturais. Sem melhoria institucional, capital humano e redes produtivas, muitos investimentos têm impacto temporário. O desafio central continua a ser construir sistemas locais capazes de gerar valor de forma autónoma e cumulativa.

Em síntese, alguns territórios crescem e outros estagnam não por destino inevitável, mas porque diferem na capacidade de converter potencial em valor. Instituições eficazes, capital humano, conectividade, confiança social e liderança estratégica explicam grande parte desta diferença. O verdadeiro desafio não é descobrir se um território possui recursos; é compreender por que estes recursos ainda não se transformaram em oportunidades tangíveis. Entre potencial e valor existe sempre um sistema. É este sistema que separa estagnação de prosperidade.

Referências Bibliográficas

Becker, G. S. (1993). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education* (3rd ed.). University of Chicago Press.

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.

OCDE. (2020). *Rural well-being: Geography of opportunities*. Paris: OECD Publishing.

Putnam, R. D. (1993). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.